

Investimento Social Privado: o caso da Companhia Vale do Rio Doce

1. Maria Alice Chaves Nunes Costa	2. Elaine Cavalcante Peixoto Borin
alicecosta.rj@uol.com.br	elaine.borin@ig.com.br
1. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro- IPP, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.	
2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Faculdade de Engenharia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.	

RESUMO - *Este artigo trata de um estudo de caso de projeto de gestão social desenvolvido pela Companhia do Vale do Rio Doce nos últimos anos, após a sua privatização. Evidenciamos a importância das redes de parceria entre empresa e poder público para o desenvolvimento de projetos elaborados por empresas, para se obter êxito em seus propósitos. Se o poder público falha em gerar o bem-estar social para os cidadãos, acaba por sobrecarregar as empresas que, sozinhas não podem arcar com todas as demandas sociais.*

Palavra-chave: investimento social privado; responsabilidade social; política social

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa uma nova forma de fazer política social, envolvendo parcerias entre empresas interessadas em fazer investimento social e o Estado. Trata-se de uma nova relação entre Estado e sociedade, surgida no mundo capitalista nos anos 1990. Chamamos a esta ação de empresas em direção a políticas de cunho social de **investimento social privado** (ISP). Este termo supõe que as empresas formulam voluntariamente programas e projetos sociais para comunidades, preferencialmente as de baixa renda e sob outras formas de risco social e econômico.

Nossa visão é de que a empresa mesmo pertencendo ao espaço da produção, é um *constructo social* que ultrapassa a dimensão econômica *strita*. Ela é uma instituição social que gera valores e regras numa dinâmica interconectada com a realidade social. Portanto, entendemos empresa como uma micro-comunidade.

Este artigo está focado sobre um projeto social realizado pela Companhia do Vale do Rio Doce, na Vila de Serra Pelada, Município de Curionópolis, Pará, no campo da saúde e, possui a seguinte estrutura: o investimento social empresarial; redes, cooperação e parcerias; o estudo de caso; e considerações finais.

2. O INVESTIMENTO SOCIAL EMPRESARIAL

As mudanças na economia capitalista alteraram a estrutura produtiva e geraram um desemprego estrutural e uma população urbana inserida que vive de forma precária nas metrópoles.

A fábrica deixou de ser o catalizador das revoltas urbanas. São as condições de vida urbanas e, não mais as condições de trabalho, que se tornaram uma das principais arenas de expansão ou contração da cidadania. Desta forma, quando as empresas atuam socialmente, mudam o foco.

A estratégia da *responsabilidade social empresarial* para com comunidades de baixa renda vem sendo adotada por alguns empresários. A ameaça dos riscos sociais tem mudado a atitude das empresas. Algumas passam a incluir o discurso de altruísmo em relação à pobreza. Muitos alegam que os custos gerados pela insegurança não compensam.

Segundo a visão da economia institucionalista de Hodgson (1994), a empresa não existe apenas através de suas relações de mercado. Ela faz parte de uma rede vital de laços contratuais criada por ela. Nesse sentido, o autor aponta a confiança e a cooperação como valores importantes na eficiência da empresa. A empresa é, portanto, um *locus* em que as relações humanas estão em constante desenvolvimento, pois ela é uma instituição social. Isto não quer dizer que as empresas capitalistas sejam instituições de beneficência e filantropia. O que o autor afirma é que alguns elementos extracontratuais, como a lealdade e a confiança (mesmo que pequena) são essenciais ao funcionamento da empresa, pois propiciam estabilidade interna para conviver em ambiente de incerteza e riscos inquantificáveis (1994, p. 212).

Bernoux (1995) considera que as relações entre empresa e sociedade não podem se limitar às relações econômicas. Os novos estudos exigem olhar a empresa como uma instituição como outra qualquer, com suas relações sociais, com seus desdobramentos e suas influências culturais. Em uma organização a coerência de um conjunto é relativa e, a mudança organizacional é explicada como transformação das regras e das relações, sejam internas ou externas às empresas. As mudanças nas empresas pressupõem capacidades relacionais e comunicacionais expressas com clareza na sociedade.

Nesse sentido, acreditamos que o impacto das profundas mudanças sociais, políticas e econômicas são internalizadas pelas empresas a partir da dinâmica das relações entre sujeitos que as põem em movimento e a sociedade. A construção de normas, regras e a determinação de valores são resultado das relações sociais que ultrapassam os objetivos econômicos, na medida em que a empresa é um espaço ao mesmo tempo socializador e socializado, em contínua interação com a sociedade.

Nesse sentido, na década de 90, passaremos a observar a disseminação da idéia de responsabilidade social empresarial frente aos desafios da globalização, do acirramento da concorrência internacional, da crise do Estado e da mobilização social.

Nessa trajetória, tenta se delinear um novo modelo de responsabilidade social empresarial diferenciado da filantropia, na medida em que compartilha projetos comunitários com todas as partes interessadas (*stakeholders*) da empresa (acionistas, clientes, concorrentes, fornecedores e funcionários) e da sociedade (comunidades, governo, etc.). Enquanto a filantropia, se limitava à doação de recursos à comunidade dos trabalhadores e estava relacionada à caridade de doações efetuadas por empresários ou por fundações criadas por eles; a atual responsabilidade social empresarial prevê processos de avaliação e monitoramento de investimentos sociais na comunidade e na empresa.

A responsabilidade social empresarial amplia-se em relação à filantropia na medida em que, esta estratégia passa a fazer parte de seu gerenciamento operacional, com planejamento definido e departamentos específicos dentro da empresa para desenvolver os

projetos, implementá-los e controlar os resultados. É o que os americanos já batizaram de *strategic giving*, ou doação estratégica.

Não tem sido tarefa fácil para as empresas categorizar ou quantificar os benefícios quando adotam ações de responsabilidade social; no entanto, as gestões se debatem sobre quais seriam os resultados organizacionais se tais ações não fossem desencadeadas. Neste cálculo está em jogo sua contribuição para manter o equilíbrio social na minimização dos conflitos sociais e, sua reputação política perante o Estado e à sociedade.

A noção de risco social e ambiental está no centro do interesse da idéia da responsabilidade social. A abordagem sustentável prevê uma alteração do mapa de riscos e integração da sua prevenção.

Prevenir os riscos de poluição pode tornar-se mais rentável que o dever de pagar pelas suas conseqüências; contudo, isto é avaliado pelas empresas dentro do cenário da complexidade política e tecnológica. Prevenir os riscos de reputação é menos dispendioso que assumir conseqüências financeiras e sociais de uma rejeição por parte dos consumidores. Prevenir os riscos sociais é menos dispendioso que o preço dos conflitos sociais, da desmotivação dos grupos de trabalho ou da incapacidade de atrair e manter competências. Uma empresa que é transparente e responsiva com as relações profissionais, de segurança dos produtos e com a sociedade obtém vantagens de rentabilidade levadas a sua imagem reputacional. Esses fatores podem ser uma alavanca para a adoção da política de gestão em responsabilidade social empresarial. Muitos concordam que a escolha da RSE não torna a empresa menos competitiva que os seus concorrentes: a médio e longo prazo, esta responsabilidade pode mesmo constituir uma vantagem de competitividade acrescida; ou seja, as ações que numa primeira abordagem podem parecer dispendiosas, revelam-se rentáveis com a continuidade.

3. REDES, COOPERAÇÃO E PARCERIAS

A sociedade acuada pela violência, pela renda mal distribuída e pela precarização de setores populacionais urbanos, vem criando um novo tipo de solidariedade, ao largo da ação estatal ou da caridade postulada pela Igreja Católica. Outras respostas vêm sendo construídas por movimentos sociais populares e por empresas.

Rosanvallon (1997), vê o verdadeiro desafio na busca de um novo contrato social entre indivíduos, grupos e classes que produza maior densidade da sociedade civil e que desenvolva espaços de troca e de solidariedade voluntária. Para ele, a perda da clareza sobre as finalidades do Estado gerou uma crise no sistema de solidariedade social, antes desenvolvido com a intermediação do Estado. As relações sociais tornaram-se opacas, não conduzindo a uma “solidariedade completa, mas a uma situação de guerra de todos contra todos” (ROSANVALLON, 1997, p.34).

Para superar as alternativas estatistas e de mercado, Rosanvallon propõe reinserir a solidariedade na sociedade. Assim, a sociedade tornar-se-á mais densa, voltada para si mesma, com indivíduos inseridos voluntariamente em “redes de solidariedade direta” (ROSANVALLON, 1997, p.90).

Para Domingues (2002), a atual complexidade e pluralidade das relações sociais tornam a questão da integração social menos previsível. Segundo o autor, a reflexão contemporânea não deve se limitar ao debate restrito do papel do Estado ou do mercado como entes na produção de solidariedade. Importa, agora, empreendermos uma discussão sobre a relação entre solidariedade e coordenação social.

Entendemos solidariedade como um sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses de um grupo social, de uma nação ou da humanidade. Além de um preceito moral, solidariedade é uma palavra de ordem, significando que o ônus de cada um deva ser redistribuído entre os membros da comunidade solidária; lembrando o velho ditado popular: “um por todos e todos por um”. Ou seja, ser solidário significa colocar-se conscientemente no lugar do outro, identificar-se com o destino do outro. Nesse sentido, solidariedade é a relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo sinta a obrigação moral de apoiar os outros (GIOVANELLA, 2001, p. 36-40).

Contudo, não é suficiente que a solidariedade se apresente, unicamente, como consciência moral. De acordo com Giovanella (2001), Kuhn (1995) afirma que é preciso que a solidariedade seja institucionalizada em reais possibilidades de comportamento, na medida em que ela é um produto cultural, social, fruto do processo civilizatório. Solidariedade significa, assim, a responsabilização coletiva pela garantia de uma vida digna e, para tanto, precisa ser operacionalizada institucionalmente.

Apesar de não querer sugerir que as redes se tornaram a principal forma de coordenação das relações sociais sob o capitalismo, Domingues (2002) acredita que elas tendem a responder à atual complexidade, como meio de tecer a solidariedade entre os membros da sociedade. Pois, “solidariedade significa estar aberto ao outro, atingir alguém, engajar-se com outras pessoas, com outras coletividades, ao menos em certo grau em seus próprios termos” (p. 240). Por esta razão, Domingues acredita que a coordenação por redes pode gerar bons frutos, quando induzir a relações colaborativas, democráticas e emancipatórias.

Segundo Scherer-Warren (1993), as redes trazem importantes mudanças na sociabilidade e na espacialidade, criando territórios de ação coletiva, um novo imaginário social, uma comunidade virtual. Entretanto, se ampliam a possibilidade de comunicação, possuem também um aspecto de exclusão, pois nem todos têm acesso a todas as informações para se comunicar.

Boltanski e Chiapello (2002) também atentam para o perigo das redes. Para os autores, o individualismo e a exploração de posições vantajosas dentro das redes é resultado de assimetrias de informação e de capital social e, portanto, deve-se ter cuidado no investimento de tempo e energia nessas redes. Desenvolver relações distantes, pôr-se em pontos de conexão, construir uma reputação são meios pelos quais se pode lucrar individualmente, seja de forma utilitária ou oportunista com o pertencimento a uma rede (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2000, p. 414).

Lechner (1997) também afirma que a coordenação via redes não corresponde a uma forma de integração social. Não existe relação entre a coordenação via redes e a coesão cotidiana que oferecem as regras de civilidade. Para Lechner, o funcionamento de redes pressupõe a existência de capital social, isto é, elas funcionam graças a recursos integrativos como confiança, respeito, tolerância, reciprocidade, sensibilidade, sentido comunitário, cooperação e preocupação com os negócios públicos, com o bem comum.

Importa ressaltar que este modelo de atuação pressupõe, sinteticamente, que não se substitua a sociedade civil nem as empresas ou o mercado, mas que o Estado atue em conjunto com ambos, como um elemento de apoio, entendido assim como um Estado fomentador de iniciativas de ação coletiva.

4. O SOCIAL DA COMPANHIA DO VALE DO RIO DOCE (CVRD)

Partimos de um breve histórico da CVRD desde sua trajetória como empresa estatal, criada em 1943, até a privatização ocorrida em 1997, para descrevermos o Projeto de Saúde em Serra Pelada.

A CVRD foi criada em 1943 como empresa estatal de mineração, durante a era Vargas, num período marcado pelo fortalecimento da ação do Estado no processo de industrialização do país.

O Código de Minas, que regia o setor mineral de 1934 a 1940, postulava a nacionalização das minas e jazidas minerais julgadas essenciais à defesa econômica e militar do país, o que foi reforçado pela Constituição de 1937, que proibiu o aproveitamento industrial das minas e jazidas por companhias estrangeiras. Em março de 1942, foram definidas as bases da construção de uma empresa de exportação de minério de ferro, através de acordos firmados entre os governos do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos. O objetivo inicial era auxiliar no esforço bélico dos países aliados da Segunda Guerra, atendendo às necessidades estratégicas de matérias-primas (VELASCO Jr., 2005).

Em sua história, a CVRD acumula uma série de avanços como a maior produtora de minério de ferro do Brasil. Em 1949, ela já era responsável por 80% das exportações de ferro, e cresceu durante a Segunda Guerra Mundial, com a produção e exportação de minério usado em material bélico (www.cvr.com.br, acessado em 20/09/2005).

Desde março de 1943, foi instituído, como obrigação estatutária da empresa, o *Fundo de Melhoramento e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Doce*, o qual era mantido com os recursos provenientes de uma parcela não superior a 8% do lucro líquido, até o limite de 5% do capital social. A aplicação desses recursos destinava-se a projetos elaborados em comum acordo com os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo. A CVRD garantia, por meio desse Fundo, uma base geradora de benefícios sociais e econômicos para a região em que atuava, criando uma compensação para os possíveis problemas que adviriam da sua atividade mineradora (VELASCO Jr., 2005)

A política de atendimento às questões sociais através deste *Fundo de Melhoramentos* tinha como objetivo principal promover a inserção regional da empresa junto às comunidades que, direta ou indiretamente, eram afetadas pela operacionalização dos seus empreendimentos. Até 1995 os recursos destinados aos Estados de Minas Gerais representavam cerca de 70% (MG) e ao Espírito Santo 30% (ES) (Velasco Jr., 2005).

Em 1968, foi criada a Fundação Vale do Rio Doce com o objetivo de construir moradias para os empregados da empresa, nos locais onde a companhia iniciava a implantação. Esta Fundação era um agente do Sistema Financeiro Nacional de Habitação, o BNH (Banco Nacional de Habitação). Com o fim do BNH, em 1986, e o processo de privatização da CVRD na década seguinte, essa política habitacional da Vale foi transferida a outros bancos, que passaram a estabelecer o financiamento diretamente ao empregado da companhia. Com a privatização realizada em 1997, esta política habitacional foi eliminada da Fundação Vale do Rio Doce, porém adquiriu um novo perfil de atuação social, o qual veremos mais em seguida.

Em maio de 1997 foi realizada a privatização da CVRD. O Consórcio Brasil liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), venceu o leilão realizado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, adquirindo 41,73% das ações ordinárias da empresa por US\$ 3,4 bilhões (www.cvr.com.br, acessado em 30/09/2005).

A privatização da Vale foi realizada em meio a expressivas manifestações de rejeição da sociedade, incluindo parlamentares e militantes de esquerda. Acrescenta-se a

preocupação das comunidades, situadas nas áreas de maior influência da CVRD, de que a privatização poderia interromper os investimentos sociais realizados pela Vale no estados (Velasco Jr.,2005).

O leilão chegou a ser adiado devido ao grande número de ações judiciais contrárias à privatização. No arquivo do BNDES consta a existência de 26 ações civis públicas e 25 liminares cassadas. Dentre as manifestações de protesto contra a privatização, destaca-se a *Carta de Itabira*, de 02/06/1995, do Deputado Federal João Coser (PT-ES). Dentre seus pontos estava a preocupação de que: “a privatização vai inibir o compromisso social que a empresa tem com municípios e estados brasileiros. Somente no período de 1993 e 1994, cerca de 5 milhões de pessoas, de 194 municípios, foram beneficiados com investimentos da ordem de US\$ 31 milhões do Fundo de Reserva da CVRD” (VELASCO Jr, 2005).

O Edital de Venda da Vale, publicado em 06/03/1997, destaca que os recursos deste *Fundo* seriam doados pela CVRD ao BNDES antes do leilão de privatização e corresponderiam a R\$ 85,9 milhões, destinados à realização de investimentos regionais de natureza social, no prazo de 90 dias após a liquidação financeira do leilão.

O *Fundo de Melhoramentos* foi gerenciado pela CVRD até 1997, quando ocorreu a privatização. Posteriormente foi repassado para a administração do BNDES, que o constituiu como *Fundo de Recursos da Desestatização*. Assim, o BNDES repassou os recursos deste Fundo às Secretarias de Planejamento de cada um dos estados onde a CVRD tinha instalações industriais. Ficava cancelada a disposição estatutária sobre o *Fundo de Melhoramentos e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Doce* (art.31, item III).

Privatizada em 1997, a CVRD passou a elaborar uma nova política para a Fundação Vale do Rio Doce, que, na época da empresa estatal, tinha a função de gerenciar a política habitacional para os funcionários. A partir de 2000, o público-alvo desta Fundação deixou de ser o empregado e passou a ser as comunidades adjacentes à CVRD.

Desde a privatização a CVRD procurou traçar um modelo de governança corporativa e incluiu a Qualidade Total e a Responsabilidade Social Empresarial como políticas a serem adotadas no âmbito de toda a empresa, incluindo todos os seus *stakeholders*. A CVRD também consolidou uma série de diretrizes através da idéia de *desenvolvimento local sustentado*, visto pela empresa como uma estratégia de “política de boa vizinhança” em direção a uma intervenção social que minimize os impactos sociais e ambientais.

4.1. A EXPERIÊNCIA DE INVESTIMENTO SOCIAL EM SERRA PELADA

Serra Pelada é uma vila situada no Município de Curionópolis, a 50 km a leste da Serra dos Carajás e 35 km a leste do Município de Parauapebas. Fica a uma distância de 50 km do núcleo urbano central. O acesso à vila é feito através de 35 km de estrada de terra percorridos em aproximadamente 1 hora e 30 minutos. O povoado de Curionópolis nasceu em Marabá, no final da década de 1970, a partir de um aglomerado de pessoas que se instalou no km 30 da rodovia PA-275, na expectativa de trabalho no Projeto Ferro Carajás da CVRD ou no garimpo de ouro.

A população de Serra Pelada foi estimada, em 2004, em cerca de 1.500 famílias e cinco mil habitantes, com predominância das faixas etárias mais jovens (até 15 anos) e avançadas (maiores de 60 anos).

Em 1979, um garimpeiro encontrou ouro no local. O ministro de Minas e Energia, do Governo Geisel, Shigeaki Ueki, fez o anúncio oficial da existência do metal em Carajás. A

partir de 1980, levas de migrantes se deslocaram para o Pará e invadiram o garimpo, que pertencia a uma subsidiária da CVRD, a Rio Doce Geologia e Mineração (DOCEGEO).

Os garimpeiros faziam funcionar bombas ininterruptamente para drenar o fundo da cava, já que ela havia descido vários metros abaixo do lençol freático. Os “formigas”, pessoas que carregavam os sacos de aniagem que pesavam em torno de 50 quilos, cheios de barro até a boca da cava, faziam em média, dez viagens por dia pelas encostas íngremes do buraco. Essas encostas várias vezes desabaram, soterrando dezenas de garimpeiros. Nos tempos áureos, entre 1980 e 1983, Serra Pelada produziu cerca de 40 toneladas de ouro. Em 1980, chegou a ter 80 mil habitantes e relata-se que a impressão que dava era de um verdadeiro formigueiro humano (Jornal A Nova Democracia, dezembro de 2002 e janeiro de 2003).

Nessa ânsia, se sujeitavam a viver da forma mais miserável possível. Há histórias que revelam por quão pouco se podia matar em Serra Pelada: morria-se por cachaça, por mulher e por ouro. Tudo era feito à mão. Não havia esteiras para transportar rejeitos, nem equipamentos para desenterrar as vítimas de desmoronamento. O mercúrio impregnava o ambiente com seu halo de contaminação e morte. Os habitantes estavam sempre cobertos de barro, alimentavam-se mal, dormiam em barracas de lona e, em volta acumulavam-se lixo e animais. E a invasão dos garimpeiros na área de pesquisa da CVRD, danificou o local impedindo a continuidade de novas pesquisas de ouro e de outros minerais, como o cobre, ferro e o calcário.

Como a entrada de bebidas e mulheres no garimpo era proibida, várias “biroschas” e prostíbulos foram instalados a 35 km do garimpo, onde mais tarde foi fundada a cidade de Curionópolis, que se tornou município em 1988 (Jornal A Nova Democracia, Dezembro de 2003).

No final de 1981, os depósitos de ouro na superfície foram se esgotando. E sobrou em Serra Pelada uma população pobre desassistida pelo poder público. A associação entre miséria e violência é evidente em Serra Pelada. A expectativa de continuar a extração de ouro era tão grande nos anos 70, a ponto do então ministro do governo militar Shigeaki Ueki afirmar na época, que pagaria a dívida externa com a extração do ouro. Ao contrário, hoje, a exploração do ouro acabou gerando um débito social interno muito maior.

Na tentativa de reverter este quadro, a CVRD desenvolveu o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada. A iniciativa envolveu um diagnóstico das condições sociais da vila e a implantação de projetos agrícolas e de assistência nas áreas de saúde e educação. “Com essas medidas, seria possível gerar até 400 empregos”, explica Roberto Nomura, da CVRD, responsável pela área de Serra Pelada (www.reporterbrasil.com.br).

O diagnóstico da CVRD avaliou que, de uma população total de 5.197 pessoas, fixada no território, 90% moram em Serra Pelada há mais de 10 anos e, conforme constatado, vivem em situação de miséria absoluta, aquém de parâmetros aceitáveis. Como exemplo dessa situação, o diagnóstico indicou que 75% da população não possui vaso sanitário, 85% não têm pia e 83% não possui chuveiro. Do total da população, 60% vive com uma renda familiar menor que um salário mínimo e mais de 50% com renda familiar *per capita* entre 0 e 0,5 salário mínimo. Neste quadro de pobreza, o nível de escolaridade é bem baixo, principalmente, para a população com 15 anos ou mais. Quanto ao tipo de trabalho na região, 60% afirma ter experiência em atividades agrícolas. Apesar das cinco organizações da sociedade civil existentes em Serra Pelada, o capital social necessário para gerar laços de confiança e solidariedade na comunidade é quase inexistente e, os laços que

ali se fazem são permeados por inúmeros conflitos. Além disso, constatou-se que 49% da população não tem, não sabe ou não reconhece a liderança local, mostrando a ausência de uma liderança expressiva capaz de mobilizar as energias associativas da comunidade ou mobilizar o poder público para uma ação comunitária (Relatório do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada, CVRD, 2004 e do Projeto de Saúde de Serra Pelada, USP, 2005).

O Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada foi desenvolvido pela CVRD e pela Fundação Vale do Rio Doce, a partir de 2002.

Os recursos deste Programa estão vinculados à política estratégica de responsabilidade social empresarial do BNDES, que concedeu financiamento industrial à empresa para a criação da Usina de Pelotização em São Luís (Maranhão) e associou à operação, o empréstimo para investimentos sociais (subcrédito social) em Serra Pelada, distrito do município de Curionópolis, no sul do Pará, no valor aproximado de R\$ 4,7 milhões.

A motivação para a implementação deste Programa em Serra Pelada surgiu a partir do interesse de geógrafos e demais funcionários da empresa que trabalhavam na vila de Serra Pelada, e constataram a situação de miserabilidade de seus moradores. Anteriormente, a contribuição social da companhia limitava-se à doação de cestas básicas à população da região. Avaliou-se que esta doação não estava gerando nenhuma mudança social e que deveria ser feita uma intervenção mais direta pela CVRD. Envolvida com a idéia de responsabilidade social, a companhia decidiu mudar a forma de atuação: de ação assistencialista passou a atuar com investimento social estratégico.

Este Programa consistiu em estabelecer ações de desenvolvimento econômico e social para o povoado de Serra Pelada, envolvendo auto-sustentabilidade, geração de ocupação e renda, participação social, melhoria na saúde e na educação através de três projetos: Educação, Saúde e Assistência Agrícola, para uma população de aproximadamente cinco mil habitantes.

No intuito de estabelecer condições para o desenvolvimento sustentado do povoado de Serra Pelada, seus objetivos foram:

1. Garantir a melhoria das condições de vida da população de Serra Pelada e o desenvolvimento da sua organização e conseqüente autonomia.
2. Promover a melhoria das condições de educação e saúde da população;
3. Incentivar a participação social, por meio da criação de instrumentos de gestão compartilhada.
4. Incentivar a produção e as atividades promotoras de trabalho e geradoras de renda, por meio de arranjos produtivos locais; e

Com essas ações a CVRD buscava a concretização da política de responsabilidade social exigida pelo BNDES para o financiamento da Usina de Pelotização no Maranhão.

Inicialmente este Programa abrangia a região de Serra Pelada e cobria o período de 2002 a 2004. Ao final de 2004, os coordenadores dos Projetos avaliaram que nem todos os objetivos haviam sido atingidos. Seria necessário reunir esforços para dar maior incremento à mobilização do poder público e da população local, aspectos considerados mais frágeis para o desenvolvimento econômico e social da região de Serra Pelada.

O Gerente de Projetos da CVRD afirmou que a proposta de desdobramento do Programa foi apresentada ao BNDES com o objetivo de aportar um novo financiamento para as ações sociais em Serra Pelada. Contudo, a solicitação foi indeferida pelo BNDES, o

que ele afirma ter inviabilizado a continuidade do Programa (Entrevista realizada em 01/11/2005).

Para confrontar esta afirmação, buscamos levantar no BNDES as razões que levaram à negação deste financiamento. O Diretor da Área Social não soube dizer sobre a existência deste pleito pela CVRD e sugeriu que a questão fosse encaminhada para o Setor de Mineração do Banco que tem relações econômicas com a CVRD. O técnico entrevistado deste setor explicou que o BNDES não faz empréstimos sociais à empresas e, sim aos projetos elaborados por elas, através de financiamentos reembolsáveis. No caso de um projeto social ser recusado pelos critérios adotados pelo BNDES, ele é eliminado dos registros do Banco. Este técnico acha muito improvável que o BNDES tenha negado o financiamento para a continuidade do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social, na medida em que a linha de crédito social está aberta às empresas e até mesmo bastante incentivada pelo BNDES.

Este técnico acredita que, por alguma razão, não houve mais interesse da CVRD em continuar este Programa social. Ele supõe que foi uma tomada de decisão estratégica, na medida em que não há mais viabilidade econômica da CVRD atuar em Serra Pelada: o ouro é escasso e seria necessário um grande aporte de recursos financeiros e tecnológicos da empresa, o que não valeria o risco.

O Coordenador do Projeto Saúde de Serra Pelada, Dr, Carlos Corbett acrescenta que houve divergências políticas entre os diretores da Companhia da região Norte com o do Rio de Janeiro quanto a continuidade do Programa. Ele acredita que os conflitos políticos e sociais existentes em Serra Pelada associados à escassez do ouro podem ter gerado um cálculo empresarial para finalizar a sua intervenção social em Serra Pelada e, deixar a cargo do poder público, a resolução desses problemas.

Resumindo, o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social em Serra Pelada foi desenvolvido em três anos, a partir da atuação dos seguintes projetos sociais: o Projeto Educação, que consistiu basicamente na melhoria do desempenho dos alunos da rede pública do ensino fundamental e na capacitação dos profissionais das escolas públicas; o Projeto Agrícola, que teve o objetivo de capacitar os produtores locais para o segmento agrícola buscando potencializar os recursos produtivos e geradores de renda da comunidade; e o Projeto Saúde, que além de diagnosticar as condições de saúde da população realizando atendimentos pontuais ambulatoriais, preocupou-se em articular as ações de saúde com os poderes públicos municipais, estaduais e federais.

Quanto a utilização do investimento social privado na saúde, o Gerente de Projetos da Fundação Vale do Rio Doce afirmou que sua adoção é estratégica, na medida em que o importante é sensibilizar a comunidade na valorização de sua presença e no reconhecimento dela como parte integrante da comunidade. Desta forma, o investimento social estratégico ultrapassa a idéia da empresa como mera doadora de recursos ou de contribuinte tributária. Ele supõe uma intervenção social mais programática. A idéia é orientar a cidade ou seu entorno na aplicação dos recursos visando a melhoria das condições gerais dos municípios. Os interesses da empresa unem-se aos interesses da comunidade para criar condições de desenvolvimento local associado à atividade produtiva da companhia e ao crescimento e desenvolvimento das cidades (Entrevista em 01/11/2005).

Para este Gerente, os recursos de investimento social privado e os tributos pagos obrigatoriamente, em especial os impostos de concessão para mineração, devem ser alocados no processo de capitalização e desenvolvimento para as cidades onde atua. Esses recursos financeiros geram riqueza para a cidade se forem investidos (pelos gestores

públicos locais) em trabalho e capital. Para tanto, reafirma a importância do diálogo com governos e comunidade, no sentido de incentivar, orientar e mudar a cultura política local para que os recursos sejam utilizados da melhor forma possível (idem).

A CVRD hoje tem grande influência no Estado do Pará. Como afirmou o Presidente da CVRD, Roger Agnelli, “ A Vale está umbilicalmente ligada ao Pará, que é o berço de seu crescimento”. A recente decisão da empresa de implantar o Pólo Siderúrgico no Maranhão, gerou grande descontentamento no Estado do Pará. O governo paraense passou a dificultar a aprovação de licenças ambientais para pesquisas à CVRD, além de surgirem propostas parlamentares para revogar incentivos fiscais à empresa (www.pa.gov.br, acessado em 30/11/2005).

Quanto ao governo local de Curionópolis, o Prefeito Curió acredita que ainda haverá investimentos da CVRD na região e vem propondo a emancipação de Serra Pelada de Curionópolis. Conforme constata Palheta da Silva (2004), municípios paraenses, como Curionópolis, creditam à CVRD toda a viabilidade econômica e social. Sem a arrecadação tributária e investimentos da empresa na área social esses municípios não têm condições de, sozinhos, fomentar o desenvolvimento local.

Conforme Palheta (e constatado em entrevista com o Gerente de Projetos da CVRD), a divulgação da implantação desses projetos é mera especulação ou fazem parte de estudos à longo prazo. Desta forma, as políticas sociais que são necessárias para a região são deixadas de lado pelo poder público, na expectativa de que um dia elas possam ser executadas pela CVRD.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na vila de Serra Pelada se concentram e se reproduzem todas as mazelas sociais que encontramos numa comunidade pobre. A violência persiste perante as precárias condições de vida e, é fruto de uma forte fragilização de laços sociais relacionadas à desintegração dos garimpeiros ao mundo do trabalho ou sua *desfiliação* da unidade sócio-familiar. Os laços de sociabilidade em Serra Pelada estão esgarçados e incapazes de promover reciprocidade e confiança direcionadas para ações coletivas favoráveis ao bem-estar comum. Além disso, as associações existentes na região são frágeis para mobilizar e exigir do poder público local uma atuação eficaz na promoção de políticas sociais que alavanquem o desenvolvimento econômico e social da vila.

As ligações comunais existentes em situação de total precariedade transformaram Serra Pelada num espaço de mera sobrevivência e de conflito. Não são conflitos de luta por interesses comunitários. A disputa em Serra Pelada é intracomunal, onde cada um luta por si próprio. Os conflitos acabaram por polarizar a comunidade local entre aqueles que tem direitos e os que não têm.

E o poder público ao invés de arcar com a sua responsabilidade, acabou transferindo este poder para a CVRD, apostando na viabilidade e interesse da empresa para instaurar investimentos de geração de emprego e renda. Nesse sentido, questionamos a fragilidade da solidariedade e responsabilidade do poder público, que tem estado aquém da empresa CVRD.

Não podemos afirmar que a CVRD omitiu sua responsabilidade na vida social de Serra Pelada, mesmo que não tenha dado continuidade ao Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada. Embora privatizada, a empresa além das atividades sociais que foram desenvolvidas, contribui com as tarifas tributárias obrigatórias ao Estado do Pará por suas atividades mineradoras.

Entendemos que as externalidades negativas da atividade de mineração devam ser de responsabilidade da empresa e, desta maneira, está legalmente garantido pelo Estado esta responsabilidade. Contudo, ir além da Lei é uma opção. Sabemos que sozinha a empresa não tem capacidade nem o interesse de gerenciar os problemas que afetam a vila de Serra Pelada e o Município de Curionópolis. Portanto, vimos que o Estado - aquele que tem obrigação de ser responsável pela comunidade - se omite. O poder público local e estadual credita à CVRD o poder de sua presença na região, deixando a cargo da empresa responsabilizar-se pela viabilidade social e econômica de Serra Pelada.

Em síntese, apesar da não continuidade do Projeto, hoje se tem grande conhecimento dos problemas de Serra Pelada e, novas atividades poderiam ser desenvolvidas para dar sustentabilidade às atividades realizadas.

Em suma, o Programa de Desenvolvimento Social e Econômico de Serra Pelada mostra que a ação social de empresas sozinha não dá conta de responder a todas as demandas sociais. O papel do Estado é de suma importância para a promoção do bem-estar dos cidadãos.

6. REFERÊNCIAS

BNDES. *BNDES SOCIAL*, nº7. "A experiência da área de desenvolvimento social no período 1996-2002, 2002.

BNDES. *BNDES SOCIAL*, n. 1. Método mãe-canguru de atenção ao prematuro, 2001.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo esprito del capitalismo*. Madri: Akai, 2002.

CASTELLS, Manuel. Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação". In PRESSER PEREIRA; WILHEIM; SOLA, L. (Orgs.) *Sociedade e estado em transformação*. Brasília: ENAP e São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial de São Paulo, 2001.

CHEIBUB, Zairo B. e LOCKE, Richard M. Valores ou Interesses? Reflexões sobre a Responsabilidade Social das Empresas. In KIRSCHNER, GOMES E CAPPELLIN (Orgs.). *Empresa, empresários egGlobalização*. Rio de Janeiro: FAPERJ e Relume Dumará, 2002.

COMPANHIA VALE do RIO DOCE. Fundação Vale do Rio Doce. Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada, 2004.

COMTE-SPONDEVILLE, A. *O capitalismo é moral?*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2005.

COSTA, Maria Alice Nunes. *Samba e solidariedade. capital social e parcerias nas políticas sociais da Mangueira*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, SENAI, 2002.

GRAU, Nuria C. *Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social*. Rio de Janeiro: Editora Revan, Brasília: ENAP, 1998.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). *Investimento Social Privado – Perfil e catálogo dos associados*. São Paulo : GIFE, 2001.

GRUPO ORSA. *Balanço Social de 2004*.

HENDERSON, David. *Misguide Virtue: false notions of corporate social responsibility*. London: The Institute of Economic Affairs, 2001.

HENDERSON, David. *Misguide Virtue: false notions of corporate social responsibility*. London: The Institute of Economic Affairs, 2001.

LECHNER, Norbert. *Tres formas de coordinación social*". In *Revista de la CEPAL*, 61, Abril, 1997.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Industrial associations and politics in Brazil: the association of industrialists, economic policy-making and the State (1930-1961)*. (Tese de Doutorado). Universidade de Oxford, 1984.

PAOLI, M. Célia. *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*. In

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o estado providência*, Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAINSAULIEU, Renaud. *Sociologie de l'Organisation de l'Enterprise*. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques Dalloz. *A Sociologia da organização e da empresa*. Texto mimeografado, tradução livre, 1987.